

**PÁG 2** Grupo Técnico busca esclarecer novas regras de faturamento de ICMS em SP

**PÁG 4** Após atuação da Abraceel, Aneel deverá flexibilizar regras para comunhão de cargas

**PÁG 6** Mercado livre vai invadir o Agenda Setorial 2022

**PÁG 8** CNI lista PL 414/2021 como prioridade na Agenda Legislativa da Indústria para 2022

**PÁG 10** Após apresentação da Abraceel, Conselho de Infraestrutura da CNI produzirá documento para reafirmar apoio à aprovação do PL

**PÁG 12** Abraceel na Mídia

**PÁG 13** Curtas

**PÁG 17** E o Congresso?

**PÁG 19** Próxima Semana e Calendário Abraceel



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

## Grupo Técnico busca esclarecer novas regras de faturamento de ICMS em SP

### Matéria em 1 minuto:

- Advogado Urias Martiniano participou de reunião com associadas da Abraceel para discutir o tratamento às dúvidas apresentadas na operacionalização da Portaria SRE 14;
- Martiniano recomendou realizar consulta informal à Sefaz-SP para esclarecer o procedimento a ser adotado, especialmente para os casos de cessão de energia;
- Após reunião com mais de 300 participantes, Abraceel enviou carta à Sefaz-SP e solicitou reunião com brevidade para tratar o tema.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia 28.03, o Grupo Técnico da Abraceel realizou reunião de 2h30 de duração com a participação do advogado Urias Martiniano, sócio da Tomanik Martiniano Advogados, com mais de 300 participantes, com o objetivo de esclarecer detalhes da Portaria SRE 14/2022, publicada pela Sefaz-SP, sobre as obrigações tributárias nas operações com energia elétrica no ambiente livre no Estado.

De início, o advogado reconheceu que a Portaria poderia ser mais detalhada, porém considerou que é normal a falta de especificidade da Secretaria de Fazenda em um assunto complexo como o mercado elétrico.

Segundo o advogado, um entendimento que a portaria consolidou é que, para que haja destaque de ICMS, é preciso haver efetivamente consumo energia. Assim, se o comercializador faz uma venda para consumidor que não consome a totalidade da energia que adquiriu, há dúvidas de como proceder. Isso agrava-se nos casos em que há cessão da parcela não consumida. Sugestão para tais casos seria emitir duas notas fiscais, com e sem destaque de ICMS.

Algumas associadas, contudo, alegaram riscos fiscais nesses casos. Também apontaram que o ajuste do valor unitário estabelecido pela Portaria, ao dividir o valor total do contrato pelo volume de energia consumida, não condiz com a realidade do negócio jurídico realizado entre as partes, o que também poderia ser questionado.

Assim, discutiu-se que um cenário possível seria o consumidor poder tomar crédito sobre a energia que ele não consumiu. Isso, porém, além de não estar previsto na Portaria,



não atende aos consumidores que não recolhem ICMS. Destacar ICMS em tudo seria o posicionamento mais conservador para a comercializadora, mas isso poderia inviabilizar negociações, inclusive as que envolvem cessões de energia.

O advogado alertou que as consultas à Sefaz-SP são vinculativas e, por isso, sugeriu que seja realizada uma consulta informal ao Fisco estadual sobre a segregação em uma mesma nota fiscal das parcelas sem ICMS na parte não consumida e com ICMS na parte consumida. Após o entendimento preliminar da secretaria, a depender, seria avaliada uma consulta formal.

Foram ainda discutidas outras questões, como a falta de critério para alocação da energia consumida entre os diversos contratos de aquisição de um mesmo consumidor, pois o relatório de consumo não faz uma conexão direta com os contratos.

No dia 31.03, a Abraceel enviou carta à Coordenação de Administração Tributária abordando a necessidade de orientação clara para o correto recolhimento do imposto e reforçando o pedido de reunião para tratar do tema com brevidade. O documento está disponível na área restrita do associado.

## Após atuação da Abraceel, Aneel deverá flexibilizar regras para comunhão de cargas

### Matéria em 1 minuto:

- Abraceel questionou barreira regulatória que veda a comunhão de cargas com um consumidor livre, estabelecendo limite máximo para um consumidor permanecer enquadrado como especial, algo inexistente na legislação;
- SRM/Aneel analisou o caso concreto do agente IPE Educacional e recomendou permitir ao agente retornar à condição de especial para formar a comunhão. Casos parecidos, no entanto, devem consultar diretamente a agência para análise de viabilidade;
- O tema está na pauta da próxima reunião pública da diretoria da Aneel, a ser realizada terça-feira, 05.04. Apesar do importante precedente, a Abraceel continuará atuando para que o entendimento seja estabelecido em normativa.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**

Em 10.03, a Abraceel se reuniu com a SRM/Aneel para tratar de casos de consumidores com comunhão de carga que se tornaram elegíveis para enquadramento como consumidores livres. O tema tornou-se importante com o avanço das fases da Portaria MME 465/19, que ampliou os limites para acesso de consumidores ao mercado livre sem restrição quanto ao tipo de energia.

Com a redução progressiva da demanda mínima estabelecida na Portaria 465, consumidores especiais que não possuíam comunhão de carga ou outras questões impeditivas foram automaticamente enquadrados como livres. Entretanto, a classificação de um consumidor como “livre” pode impedir futuras migrações de consumidores com cargas menores, visto que a regulamentação da Aneel restringe a comunhão apenas à consumidores “especiais”, problema que deve se acentuar com o avanço da abertura de mercado.

### Exemplo

Imagine um consumidor com uma única unidade de 1.200 kW de demanda contratada que até ano passado era obrigado a comprar apenas energia especial. A partir deste ano, com a redução para 1.000 kW do limite disposto na Portaria MME 465/2019, esse consumidor passou a ser classificado como livre, podendo comprar qualquer tipo de energia, convencional ou especial.

Esse consumidor, caso viesse adquirir outra unidade de, por exemplo, 300 kW de demanda contratada, estaria impedido – pela regulamentação da Aneel – de fazer comu-



nhão com a carga de 1.200 kW para atingir o limite mínimo legal de 500 kW do consumidor especial. Ou seja, não seria possível migrar a unidade de 300 kW para o mercado livre via comunhão.

Isso porque a Resolução Normativa Aneel 247/2006 veda a comunhão de cargas com um consumidor livre, estabelecendo limite máximo para um consumidor permanecer enquadrado como especial, algo inexistente na legislação. A impropriedade da regra fica clara quando se observa que a comunhão entre essas mesmas unidades seria possível se tivesse ocorrido no ano anterior, quando a unidade de 1.200 kW era até então enquadrada como especial.

## Atuação

A Abraceel levou a questão à Aneel e ressaltou que não vê óbices de o consumidor livre, caso deseje, realizar comunhão de carga, visto que não encontra qualquer restrição nesse sentido na legislação. Ressaltou ainda que a Procuradoria Federal já esclareceu que o consumidor especial nada mais é do que uma espécie de consumidor livre.

Por meio da Nota Técnica 43/2022, a área técnica da Aneel (SRM) analisou o caso concreto do agente IPE Educacional que, no decorrer da operacionalização das fases da Portaria 465/19, desejou voltar a ser enquadrado como especial para realizar comunhão de carga com unidade consumidora com demanda contratada abaixo de 500 kW.

Na conclusão da referida NT, a área técnica reforçou os argumentos apresentados pela Abraceel e recomendou afastar dispositivo da REN 247/06 para permitir ao agente retornar à condição de especial para formar a comunhão. A SRM/Aneel também reforçou que casos parecidos devem consultar diretamente a agência para análise de viabilidade. O tema é objeto do processo Aneel 48500.000064/2022-10 que está na pauta da próxima reunião pública da diretoria da Aneel, a ser realizada terça-feira, 05.04. Inclusive, o voto do diretor-relator Sandoval Feitosa já está disponível, acatando as conclusões e recomendações da [área técnica](#).

Apesar do importante precedente, a Abraceel continuará atuando para que o entendimento permitido na referida NT seja estabelecido em normativa, de modo a eliminar definitivamente barreiras indevidas para a comunhão entre consumidores.

## Segurança de mercado também na pauta

Também estão na pauta da próxima Reunião Pública Ordinária da Aneel, a ser realizada na terça-feira, dia 05.04, outras três matérias de interesse do segmento de comercialização, nominadamente o resultado da consulta pública que trata dos critérios de autorização dos comercializadores e a abertura de outras duas consultas públicas, uma sobre a revisão das garantias financeiras do MCP e outra sobre monitoramento das operações do mercado. Os temas foram listados como prioridades pelos associados no planejamento estratégico da Abraceel.



## Mercado livre vai invadir o Agenda Setorial 2022

### Matéria em 1 minuto:

- Abraceel será copromotora do tradicional evento do Canal Energia e associadas terão 10% de desconto na inscrição com o cupom ABRACEEL10OFF;
- Debates foram planejados para discutir desafios da regulação, planejamento, operação e comercialização, bem como as principais bandeiras do mercado livre: abertura de mercado, segurança de mercado e formação de preços;
- Rodrigo Ferreira e Bernardo Sicsú serão mediadores de debates sobre governança setorial e abertura do mercado.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

O Agenda Setorial 2022, evento do Canal Energia que anualmente indica a pauta predominante de discussões do setor elétrico, será este ano promovido em parceria com a Abraceel. Em função disso, dará foco às três bandeiras definidas pelas associadas no planejamento estratégico 2022-2025: abertura do mercado, segurança do mercado e formação de preços. Clique [aqui](#) e conheça a programação.

O tradicional encontro que inicia o calendário de grandes eventos do setor elétrico será realizado no dia 18 de abril, entre 9h e 18h, no Centro Empresarial do Rio de Janeiro, localizado na Praia de Botafogo 228, na capital fluminense. Será uma grande oportunidade de encontro e networking na atual fase de retomada dos eventos presenciais. As inscrições estão abertas e as associadas ganham 10% de desconto na inscrição ao inserir o cupom ABRACEEL10OFF. Para se inscrever, clique [aqui](#).

Além de apoiar a programação do evento, executivos da Abraceel estão convocados para exercer a função de mediador de painéis de debates em dois momentos distintos. Rodrigo Ferreira, presidente executivo, e Bernardo Sicsú, vice-presidente de Estratégia e Comunicação, terão a responsabilidade de conduzir a discussão sobre governança setorial e abertura do mercado entre os debatedores.

Em um contexto de grandes transformações causadas pela transformação tecnológica, abertura do mercado de energia, modernização do marco regulatório e impactos das mudanças climáticas, o primeiro grande evento do setor elétrico em 2022 trará o lema “Mercado em Evolução” permeando diversos painéis, que terão presença de empresários e executivos, autoridades públicas e lideranças de entidades de classe.

### Depoimento ministerial

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, está convidado para o primeiro



grande painel do evento, para indicar os desafios e as expectativas para o setor elétrico em 2022 e as ações do governo federal para lidar com temas como capitalização da Eletrobras, mercado de gás natural e abertura do mercado de energia elétrica.

O pronunciamento ministerial será seguido por intervenções dos presidentes e diretores da Aneel, EPE, ONS e da CCEE, com o objetivo de oferecer informações relevantes sobre os desafios e a condução dos programas e das atividades da agenda regulatória, do planejamento, da operação e da comercialização do setor elétrico.

No período da tarde, três blocos de discussões vão abordar questões envolvendo os temas coincidentes ao planejamento estratégico da Abraceel em 2022: abertura do mercado, formação de preços e segurança do mercado. Uma palestra especial com meteorologista da Climatempo foi idealizada para trazer análises para as previsões para o clima em 2022 e 2023 e impactos do clima na formação de preços.

Não fique de fora dessa! Clique [aqui](#) para saber mais.

## CNI lista PL 414/2021 como prioridade na Agenda Legislativa da Indústria para 2022

### Matéria em 1 minuto:

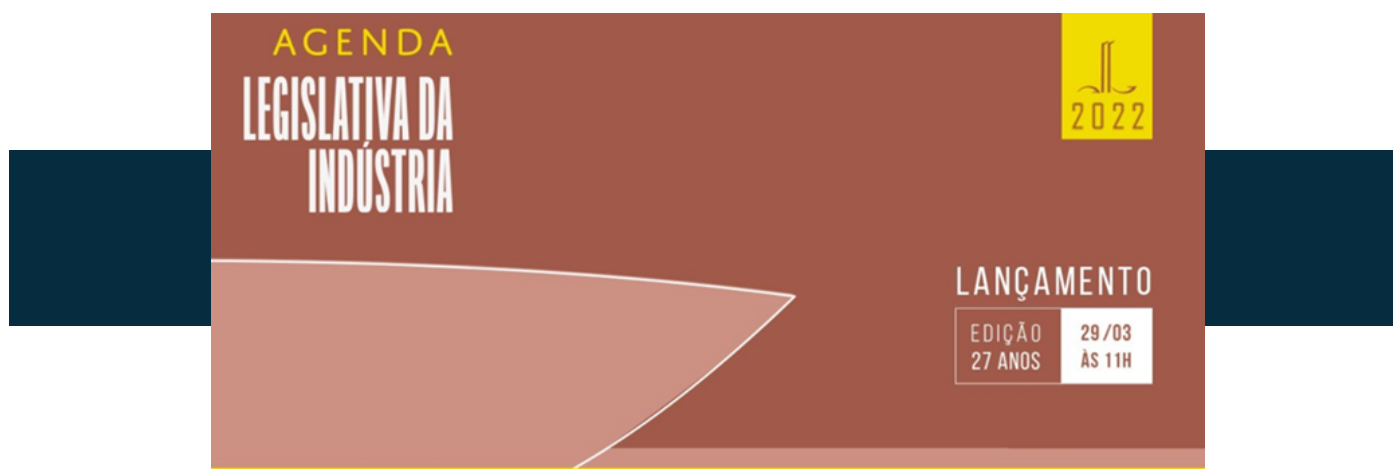
- Confederação Nacional da Indústria lançou a 27ª edição da Agenda Legislativa, documento que reúne 151 proposições prioritárias para tramitar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em 2022;

- Das 151, 12 foram elencadas em uma pauta mínima com temas considerados essenciais para o país atrair investimentos e aumentar a competitividade;

- A portabilidade da conta de luz, por meio do PL 414/2021, e a regulamentação do mercado de carbono foram destacadas pela CNI como prioridades para aprovação no Congresso Nacional este ano.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou sua Agenda Legislativa na última terça-feira, 29.03, com 151 proposições a serem priorizadas na tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em 2022. O documento, já na 27ª edição, reúne o conjunto de propostas consideradas estratégicas para o Brasil melhorar o ambiente de negócios, atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico e social do país.

A modernização do modelo regulatório do setor elétrico, refletida no PL 414/2021, está entre as 12 propostas legislativas consideradas de maior impacto para aumentar a competitividade brasileira, ao lado dos temas regulamentação do mercado de carbono, reforma tributária, programa especial de regularização tributária (Pert), tributação em bases universais (TBU), prorrogação dos incentivos de IRPJ e reinvestimentos nas áreas da Sudam e Sudene, debêntures de infraestrutura, alterações no Marco Legal das Startups,





desobrigação de contribuição de contribuição adicional para aposentadoria especial quando houver redução do grau de exposição, regulamentação do “limbo previdenciário”, permissão para o trabalho multifunção e o Marco Legal do Reempreendedorismo – recuperação judicial de MPes.

De interesse direto das associadas da Abraceel, a pauta mínima da Agenda Legislativa da CNI cita como prioridades para a aprovação ainda em 2022 os projetos que criam a portabilidade da conta de luz (PL 414/21, antigo PLS 232/16) e o que regulamenta o mercado de carbono (PL 528/2021).

Vale destacar que a construção do documento começou em fevereiro, durante o Seminário RedIndústria, evento do qual a Abraceel participou e defendeu que a indústria priorizasse o projeto da portabilidade, sugestão acatada pela CNI. Confira a íntegra do documento no [link](#).

## Após apresentação da Abraceel, Conselho de Infraestrutura da CNI produzirá documento para reafirmar apoio à aprovação do PL 414/2021

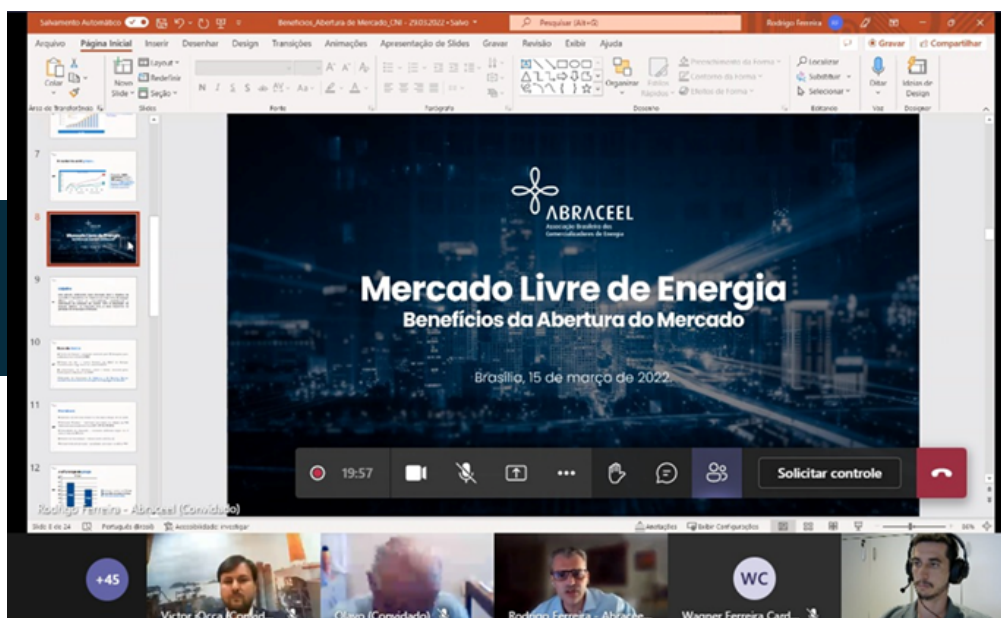
### Matéria em 1 minuto:

- Rodrigo Ferreira, presidente executivo da Abraceel, participou da 11ª reunião virtual do Coinfra para debater o PL 414/2021;
- Rodrigo apresentou os dois estudos desenvolvidos pela Associação que revelam os benefícios da abertura do mercado de energia;
- Coinfra decidiu produzir um documento para reforçar o apoio e a necessidade de aprovar o PL 414/2021 na “janela de oportunidade” antes do período eleitoral.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia 30.03, Rodrigo Ferreira, presidente executivo da Abraceel, esteve presente à 11ª reunião virtual do Conselho Temático de Infraestrutura (Coinfra) da CNI para debater os detalhes e a perspectiva de votação para o PL 414/2021.



Rodrigo Ferreira destacou os dois estudos elaborados e divulgados pela Abraceel em março, no lançamento do Movimento para a Liberdade do Consumidor de Energia, evento realizado no Salão Nobre da Câmara dos Deputados no dia 22.03, que calculam os benefícios da abertura do mercado de energia elétrica no Brasil.

O Presidente Executivo da Abraceel explicou que os estudos consideram a velocidade

da migração, o mercado residual, as perdas na distribuição e o crescimento de mercado, e que todas essas premissas são baseadas em dados oficiais ou consultorias renomadas.

Entre os efeitos positivos para a sociedade, detalhou que o mercado livre pode gerar até 2035, R\$ 210 bilhões de redução nos gastos com energia elétrica, 642 mil empregos e um desconto médio de 27% na compra de energia. Os dados estão revelados no [estudo](#) benefícios da abertura do mercado livre.

Outro aspecto explicado às lideranças empresariais presentes à reunião do Coinfra foi a ausência de impactos negativos para os consumidores e para as distribuidoras de energia, análise presente em [estudo](#) que aborda o risco de ocorrer eventual sobrecontratação por parte das concessionárias atuais, com a expansão do mercado livre de energia.

Rodrigo Ferreira indicou que o governo federal tem condições de, a partir de três decisões já em discussão, reduzir o estoque de contratos de energia das distribuidoras e, assim, diminuir o risco de exposição involuntária e custos para os consumidores.

Após a apresentação da Abraceel, representantes da Abrace, ABCE, Apine e Abiape fizeram apresentações sobre a importância das regras contidas no PL 414/2021. Além disso, em consenso, defenderam que a aprovação deve ocorrer para que haja maior competitividade e liberdade de escolha no segmento de energia.

Após as apresentações e debates, o Coinfra decidiu produzir um documento com o objetivo de reforçar o apoio das associações presentes à aprovação do PL 414/2021 ainda no primeiro semestre deste ano, considerado uma “janela de oportunidade” para votações legislativas antes do início do processo eleitoral.

As apresentações estão disponíveis [aqui](#).



# ABRACEEL NA MÍDIA

## DEPUTADOS E EMPRESÁRIOS DEFENDEM MERCADO LIVRE DE ENERGIA



**TV Câmara**

[Veja a matéria completa clicando aqui.](#)

## Empresas buscam reduzir os custos com energia elétrica

Iniciativas são alento em momento de disparada de preços

BIANCA ALVES

A indústria brasileira já não ia bem, quando a pandemia ampliou ainda mais as dificul-

ta aumentou nos últimos meses. A crise hídrica esvaziou os reservatórios e, em 2021, fez com que a energia elétrica acumulasse alta de 114% es-

casas não tem carimbo. O Operador Nacional do Sistema, dependendo do horário, pode distribuir energia hídrica ou de termelétricas, por exemplo. F

## EMPRESAS BUSCAM REDUZIR OS CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

**I Diário do Comércio - MG**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





## CURTAS

### **Ação judicial contra exclusão do ACL no bônus da Eletrobras**

Pedimos aos representantes a gentileza de realizar a leitura do e-mail encaminhado no dia 30.03, às 14h30, sobre a ação judicial contra a exclusão do mercado livre do bônus da outorga no processo de capitalização da Eletrobras. Qualquer dúvida, a equipe Abraceel está à disposição.

### **Aberta CP de revisão ordinária de garantias físicas**

O Ministério de Minas e Energia abriu a Consulta Pública 123/2022 para a revisão ordinária da garantia física de usinas hidrelétricas. As contribuições poderão ser encaminhadas ao MME até o dia 11.04 pelo [link](#). Vale ressaltar que as atualizações e melhorias aprovadas na Consulta Pública 121/2022 do MME sobre as propostas da Cpamp serão incorporadas e adotadas nos cálculos finais do processo de revisão de garantias físicas previsto para acontecer em maio de 2022, para que seja garantida a antecedência necessária para que os agentes publiquem a sazonalização de 2023. Para tanto, no relatório em CP foram consideradas as propostas da Cpamp, como o Par(p)-A e o CVaR (25,40).

### **Associadas engajadas na aprovação do PL 414**

A associada Exponencial Energia reali-

zou o Fórum Empresarial Reforma Tributária e Brasil Competitivo em Bauru, São Paulo, com a presença dos deputados federais Alexis Fonteyne e Vinicius Poit (ambos do NOVO-SP) para engajar empresários e parlamentares em temas como a modernização da regulação do setor elétrico e a portabilidade da conta de luz, constantes no PL 414/2021. Os executivos das empresas apresentaram os estudos recém-divulgados pela Abraceel, que revelam os benefícios potenciais da abertura irrestrita do mercado de energia elétrica na forma de redução de gastos, geração de empregos, redução da conta de luz e desaceleração da inflação. O evento contou com mais de 50 lideranças do setor produtivo entre empresários e diretores de importantes organizações de Bauru e região. A iniciativa foi realizada no âmbito do Movimento pela Liberdade do Consumidor de Energia, lançado pela Abraceel no dia 22.03 no Salão Nobre da Câmara dos Deputados com a presença de mais de 130 pessoas e nove parlamentares. Agradecemos o empenho da nossa associada e reforçamos que o momento é de mostrarmos força em torno da aprovação do PL 414!



## Workshop GT Metodologia: decisões da Cpamp

O GT Metodologia da CPAMP convidou os agentes para workshop que apresentará as conclusões do Ciclo de Trabalho 2021/2022, com base nas contribuições recebidas na CP MME 121/2022, sobre a implementação do Par(p)-A e recalibração do CVaR. O Workshop será realizado no dia 11.04, das 14h às 17h

CPAMP – Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico

### Atividades do GT Metodologia Ciclo 2021/2022

Convidamos a todos para o Workshop, que será realizado no próximo dia 11/04/2022 (segunda-feira), das 14h às 17h, para discussão do andamento das atividades que estão sendo desenvolvidas no ciclo de trabalho 2021/2022.

## MME adia diretrizes para UTEs merchant

O Ministério de Minas e Energia adiou para abril de 2023 a decisão sobre as diretrizes relacionadas à inclusão excepcional de custos fixos nos custos variáveis de usinas termelétricas despacháveis centralizadamente, operacionalmente disponíveis e sem contrato de comercialização de energia elétrica vigente. Mais informações no [link](#).

## Aneel aprova nova fase de consulta pública sobre sinal locacional da TUST

A Diretoria Colegiada da Aneel aprovou a abertura da 2ª fase da Consulta Pública 39/21, para obter contribuições adicionais acerca do sinal locacional da TUST e TUS-Dg, com prazo de envio até 13.05. Na 1ª fase da referida consulta, a [contribuição da Abraceel](#) indicou apoio ao avanço das

discussões para intensificar o sinal locacional da TUST, bem como reforçou a importância de que o prazo de estabilização da TUST seja isonômico entre os ambientes de contratação, ponto que foi acatado pela agência e recomendado na AIR em discussão da 2ª fase. Para mais informações, [acesse](#).

## Aneel também aprova consolidação de normas de comercialização

Na reunião pública ordinária da Aneel do dia 29.03 foram consolidadas as normas para autorização para comercializadores de energia e as normas relativas aos procedimentos de comercialização, resultado das audiências públicas 002/2022 e 003/2023, respectivamente.

## Indefinição na diretoria das agências obriga reorganização na ANP

Até que seja preenchida a vacância da Diretoria I da ANP, recém-ocupada por Symone Araújo, foi alterada a vinculação de algumas superintendências às diretorias, com destaque para a Superintendência de Distribuição e Logística (SDL), responsável pelo processo do comercializador independente de etanol, que agora está vinculada à Diretoria IV, que tem como diretor substituto Luiz Henrique Bispo. Diante do término do seu mandato e da indefinição nas indicações e sabatina de diretores das agências reguladoras, Symone Araújo foi nomeada assessora da Diretoria da ANP.



## Ata da reunião do Conselho disponível no site

A ata da reunião do Conselho de Administração da Abraceel, realizada no dia 17.02, já está registrada em cartório e está disponível na área restrita do site da associação ou pelo [link](#).

## No mês da mulher, Abraceel palestra sobre presença feminina no setor

No dia 28.03, a diretora de Relações Institucionais da Abraceel, Ângela Oliveira, palestrou no painel Liberdade de Escolha no evento da associada 2W Energia, o “2W 2 Women”. Na ocasião, executivas que atuam no setor de energia elétrica abordaram temas como questões de gênero, empreendedorismo, empoderamento feminino e capacitação para aumentar a inclusão e a diversidade no mercado de trabalho.



## Novo Clipping Abraceel completa um mês e queremos ouvir você

O novo Clipping da Abraceel, serviço de curadoria de notícias da imprensa para as associadas, completou um mês de funcionamento oferecendo as principais reportagens sobre os setores de energia elétrica, gás natural, etanol e carbono. Fim do

esse período, entendemos que chegou o momento de uma avaliação. Assim, a Abraceel gostaria de receber comentários das associadas para ter a oportunidade de aperfeiçoar o serviço. Profissionais de empresas associadas que queiram se inscrever para receber o clipping, por favor enviem um e-mail para [abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br).

## Dados hidrometeorológicos: GT aprova testes

No dia 31.03 foi realizada a 4ª reunião do GT Dados Hidrometeorológicos, no âmbito do CT PMO-PLD. O objetivo foi relatar os testes realizados sobre o mecanismo de Método de Propagação de Vazões (MPV). Como os testes foram realizados majoritariamente com sucesso, o MPV foi aprovado. No encontro também foram discutidos os métodos e as técnicas a serem utilizados para aprimorar a previsão de precipitação para o primeiro mês da operação, a fim de se ampliar o horizonte temporal no qual o modelo hidrológico SMAP é utilizado. Contudo, o ONS já afirmou que a implementação de tais técnicas no modelo não se dará ainda neste ano, devido ao tempo necessário para garantir a acurácia pretendida.

## Abraceel discute a agenda do mercado com Matrix

Ângela Oliveira esteve reunida com Rodolfo Lemelle e Gabriel Ortiz, da associada Matrix, no dia 29.03 às 15h. Na pauta, a condução das ações da agenda do mercado de energia com destaque para a perspectiva de votação do PL 414/2021.

## Arsesp quer detalhar incentivos ao biometano em SP

A Diretoria de Gás da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) está elaborando a Análise de Impacto Regulatório (AIR) e a regulação específica de incentivos ao biometano, que deverá incluir a criação de um “selo verde”. Para tal, será realizado um workshop online para abordar as condições que devem influenciar o mercado do biometano, considerando a opção por uma matriz energética mais limpa. O evento terá apresentações no dia 18.04, quando os participantes poderão oferecer avaliações a respeito da importância de incentivos regulatórios para o desenvolvimento do biometano. As inscrições poderão ser feitas até às 18h do dia 13.04 pelo [site](#). Será disponibilizado um questionário no site da Arsesp entre os dias 08.04 a 20.04.

## Abraceel discute sistemas de energia do futuro no Brasil com GIZ

Bernardo Sicsú e Amanda Ferraz se reuniram com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) para discutir a iniciação e implementação de projetos piloto sobre sistemas de energia do futuro no Brasil. As atividades principais do projeto são:

1. Assessoria na implementação de projetos de eficiência energética junto ao setor privado;
2. Assessoria na conversão do fornecimento de energia elétrica em sistemas isolados no norte do Brasil de geradores a diesel para energias renováveis, desenvolvimento de conceitos, planos de negócios e estudos de

viabilidade;

3. Elaboração de atividades spin-off para futuras tecnologias e abordagens para uso pelo setor privado; e
4. Implantação de projetos piloto par acoplamento setorial e outras abordagens inovadoras.

A Abraceel enfatizou a importância de aprovação do PL 414/21, que trata da modernização do setor elétrico, para o desenvolvimento da eficiência energética e novas tecnologias no setor.

## Decreto define ENBpar como Agente Comercializador de Itaipu

Em 01.04, foi publicado o [Decreto 11.027/2022](#), que altera a regulamentação referente à comercialização de energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional. A medida foi necessária após as mudanças promovidas pela Lei 14.182, que trata da desestatização da Eletrobras, e pelo Decreto 10.791, que cria a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A (ENBpar). O decreto publicado esta sexta-feira define a ENBpar como o “Agente Comercializador de Energia de Itaipu”, responsável pela comercialização da energia elétrica da usina binacional consumida no Brasil. Mantém assim a disposição que a energia da usina continua sendo comercializada na forma de cotas às concessionárias de distribuição, em razão do disposto no art. 3º da Lei 5.899/1973. Dada sua relevância para o processo de abertura do mercado, a Abraceel continua atuando para que a legislação seja alterada e a energia de Itaipu passe a ser licitada no mercado, cativo ou livre, a partir de abril de 2023.







**No setor de energia**, a semana já começou com a indicação de Adriano Pires para a presidência da Petrobras, em substituição ao general Silva e Luna. A troca valerá a partir de 13 de abril, quando haverá assembleia de acionistas.

No que diz respeito ao PL 414/21, já era esperado que o tema não avançaria nesta semana. Há expectativa que o requerimento de urgência seja deliberado na próxima, mas isso ainda depende da definição da pauta pelo presidente da Casa, deputado Arthur Lira, e acordo com as demais lideranças, o que pode atrasar em mais uma semana a votação. Nos corredores da Câmara dos Deputados, há um certo consenso em torno da importância da agenda e sua deliberação, já que é uma prioridade do governo federal.

É provável que a matéria concorra com a definição das presidências das comissões temáticas, assunto que ficou pendente em virtude do prazo da janela partidária, que ainda estava em aberto. Outro tema que tem circundado a agenda política é a deliberação do chamado “projeto das fake news”, cujo relatório foi apresentado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) na última quinta (31.03).

O tema é sensível para o governo federal, mas o relator espera que a casa vote requerimento de urgência para posterior deliberação da matéria.

### **Base do Governo cresce**

Em se tratando de Câmara e Senado, a semana em Brasília teve uma presença menor de parlamentares, já que estava encerrando o prazo da janela partidária. As mudanças de partido entre os parlamentares revelaram que uma forte base legislativa foi construída em torno do presidente Jair Bolsonaro, com o aumento da representação do seu partido, o PL.

O União Brasil, partido do relator do PL 414, deixou o posto de maior partido da Câmara dos Deputados e, até o momento, PL, PT, União Brasil, PP e Republicanos são, respectivamente, os cinco maiores partidos representados na casa. Isso revela que, em se tratando de Legislativo, o Governo está conseguindo construir uma base numerosa, que poderá ser um pilar para fortalecer o projeto de reeleição do Presidente.

### **Conflito com o judiciário**

Se com o Legislativo a relação do Governo tende a se fortalecer com o aumento da base,

ainda há instabilidade com o Judiciário. Durante a semana, o caso do deputado Daniel Silveira (União Brasil – RJ), que chegou a dormir em seu próprio gabinete para evitar colocar tornozleira eletrônica, e as declarações do Presidente contra o STF, evidenciaram ainda mais a difícil relação do chefe do Executivo com os ministros da corte suprema.

## A desistência da desistência

Com o prazo da janela partidária finalizando, a última quinta foi marcada por mudanças no cenário dos presidenciais. O ex-juiz Sérgio Moro trocou o Podemos pelo União Brasil. Já no PSDB, após idas e vindas, João Dória manteve disposição para concorrer ao Planalto. O agora ex-governador de São Paulo disse que a movimentação foi para consolidar o apoio do partido em relação a sua candidatura, que vinha sendo questionada após as movimentações de Eduardo Leite. A possível desistência de João Dória na disputa da Presidência da República prejudicaria o lançamento da candidatura do seu vice, Rodrigo Garcia, ao governo paulista.

## Trocas nos ministérios

A última quinta-feira também foi marcada por trocas ministeriais. Como é necessária a desincompatibilização dos cargos para aqueles que desejam disputar a eleição, no dia 31.03 houve cerimônia para saída dos ministros e posse dos seus sucessores. Na lista da saída:

- **Flávia Arruda**, ministra-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República;
- **Damare Alves**, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
- **Rogério Marinho**, do Desenvolvimento Regional;
- **Gilson Machado**, do Turismo;
- **Marcos Pontes**, da Ciência, Tecnologia e Inovações;
- **João Roma**, da Cidadania;
- **Onyx Lorenzoni**, do Trabalho e Previdência;
- **Tereza Cristina**, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e
- **Tarcísio de Freitas**, da Infraestrutura.

## Quem assume os cargos?

- **Marcelo Sampaio** — Infraestrutura;
- **Marcos Montes** — Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- **José Carlos Oliveira** — Trabalho e Previdência;
- **Ronaldo Vieira Bento** — Cidadania;
- **Paulo Cesar de Carvalho** — Ciência, Tecnologia e Inovações;
- **Carlos Brito** — Turismo;
- **Daniel Ferreira** — Desenvolvimento Regional;
- **Cristiane Brito** — da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
- **Célio Faria Júnior** — Secretaria de Governo da Presidência da República.

**Novo projeto** - O deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) apresentou o PL 477 de 2022, que assegura ao consumidor de energia incluído no Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) as mesmas condições de seu acesso original em caso de novas unidades consumidoras de mesma propriedade ingressarem no sistema. A matéria foi apresentada no último dia 21 e ainda aguarda sua primeira etapa de tramitação nas comissões.



 **PRÓXIMA SEMANA**

**04.03 - Segunda-feira:** Abraceel se reúne com a Secretária Executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Pereira, o Secretário de Energia Elétrica, Christiano Vieira, e a chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios, Agnes da Costa, para apresentação dos estudos sobre os benefícios da abertura do mercado, às 11h;

Abraceel se reúne com o Diretor da Aneel, Efrain Cruz, e a Conselheira da CCEE, Rose Santos, para tratar da segurança de mercado, às 14h.

**05.03 - Terça-feira:** Vice-Presidência de Energia acompanha Reunião Pública da Aneel que discutirá os critérios de autorização de comercializadores, monitoramento e garantias financeiras do MCP, às 9h;

Grupo Técnico da Abraceel se reúne para discutir o projeto da associada Enel intitulado “Rota para a Transição Energética” (Energy Transition Roadmap – ETR), às 15h;

Abraceel se reúne com a Abrace para apresentação dos estudos de benefícios da abertura do mercado, às 17h.

**06.03 - Quarta-feira:** Abraceel se reúne com o deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) para discutir a tramitação do PL 414/2021, às 11h;

Abraceel se reúne com a deputada federal Jaqueline Cassol (PP-RO) para discutir a tramitação do PL 414/2021, às 15h.

**07.04 - Quinta-feira:** Abraceel participa da reunião do FASE para discutir a agenda do

 **CALENDÁRIO ABRACEEL****Abril**

**12.04 - Terça-feira:** Reunião do Conselho;